

A ESTRADA REAL E AS GRANDES CONSTRUÇÕES EM PORTUGAL

Gilson Ezequiel Ferreira¹

Várias penetrações se deram no século XVI na Região de Minas Gerais visando explorar o território brasileiro. No século seguinte elas se intensificaram tanto pelo norte quanto pelo sul, sendo representadas, principalmente, por baianos, pernambucanos e paulistas.

A primeira descoberta de ouro se deu por volta de 1550 a 1551 por Martim de Carvalho. O ouro achado perdeu-se, conforme afirmou Tomé de Souza em carta a D. João III, datada da Bahia de 18 de julho de 1551 (Descobrimto e Desbravamento do Território – Revista do Arquivo Público Mineiro, Ano 3 – julho a dezembro de 1902).

Com o sucesso das penetrações, D. Afonso VI ordenou a organização de diversas expedições oficiais, com o intuito de descobrir pedras preciosas, principalmente, esmeraldas já levantadas em penetrações anteriores pelo Rio Doce. Fernão Dias Paes, em busca de esmeraldas, organizou uma bandeira, que eram penetrações de iniciativa particular, que procedeu a ocupação de todo o território percorrido com a criação de pousos e arraíás para garantir o abastecimento de gêneros ao longo da região. Alguns anos depois Fernão Dias partiu em direção sul, chegando a Guaratinguetá, deixando para trás os pousos de Passa Quatro e Baependi. Seguindo pelo Rio Verde, fez ponto em Ibituruna, atual São João Del Rei.

Borba Gato, genro e comandado de Fernão Dias, explorou os aluviões do Rio das Velhas e descobriu minério argentífero na região de Sete Lagoas. A permanência da bandeira de Fernão Dias nas proximidades da região aurífera de Minas Gerais é que a torna importante para a história do ouro de Minas Gerais. Os pousos ao longo caminho permitiram que as caravanas posteriores tivessem mais fácil acesso a essa região e, em consequência, correspondeu a uma verdadeira implantação da infra-estrutura necessária para a penetração.

Fernão Dias foi para o norte, deixando Borba Gato explorando a região. Cerca de dois anos depois foi descoberto o ouro do Tripuí, em

¹ Centro de Tecnologia Mineral – CETEM/MCT

Antônio Dias e no Padre Farias, em Ouro Preto. Borba Gato descobriu também as ocorrências do Rio das Velhas. Outros centros de mineração surgiram em Mariana, Caeté, Pitangui, São João Del Rei, Gualaxo e Catas Altas. Logo depois, Itabira, Santa Bárbara, Serro e Diamantina. Nestes dois últimos predominou a exploração do diamante. Iniciou-se assim o povoamento de Minas Gerais, em 1697, cerca de 4.000 pessoas habitaram Caeté, e em 1705, cerca de 7.000 moravam em Ouro Preto, população composta por portugueses, paulistas e baianos, sem contar os escravos africanos.

Em 1700, entraram na região os primeiros provedores para receber o quinto do ouro (20% do ouro produzido ou extraído). Em 1701 veio a proibição da exportação de ouro sem a prova, mediante guia, de haver sido pago esse imposto. Criaram-se, então, os registros nas saídas do Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Pernambuco. Paralelamente prolongou-se o regimento de minas (Lei de 18/04/1702), assegurando os direitos dos descobridores e os da Coroa.

Trabalhavam nas minas, no início do apogeu da mineração, em 1738, segundo Simonsen (*História Econômica do Brasil*, pág. 297), 101.477 escravos e 1.273 forros.

O número decairia um pouco em 1743 para 97.416 escravos e 891 forros. Segundo Eschwege (*Pluto*, pág. 198) em 1750, trabalhavam nas minas cerca de 80.000 pessoas, constituindo a terça parte da população.

O crescimento populacional, a área de mineração estendeu-se não só na Região Central (Santa Bárbara, Barão de Cocais) mas também na direção Sudeste (Campanha Itapecerica, Pium-i, Pitangui) e resto do Sul de Minas.

Durante o ciclo, entre 1700 e 1850, o Brasil foi o maior produtor mundial, produzindo ouro proveniente principalmente de aluviões e outros depósitos superficiais explorados pelos bandeirantes na região do Quadrilátero Ferrífero em Minas Gerais. A produção desse período, segundo Adalberto Ferreira, pode ser vista no quadro a seguir.

Produção de ouro em Minas, por arrobas, no século XVIII

PERÍODO	ARROBAS	QUILOS
1700 – 1725	7.500	112.500
1726 – 1734	6.500	97.500
1735 – 1751	12.000	180.000
1752 – 1787	18.000	270.000
1788 – 1801	4.000	60.000
TOTAL	48.000	720.000

Fonte: Calógeras (Formação Histórica do Brasil, pág. 224)

Observando-se a tabela acima vê-se o grande esforço de exploração do ouro no período de 1735 a 1787, coincidindo com a época da construção do Palácio de Mafra e a reconstrução de Lisboa, em função do grande terremoto.

Para Eschwege, teria sido a falta de melhor organização técnica na produção a causa principal da decadência da produção, seja porque os mineradores sem capitais se orientaram preferentemente para a exploração de aluvião, seja porque os processos admitidos, com baixa tecnologia mesmo para a época, ensejaram o rápido esgotamento de minério (Pluto Brasiliensis, pág. 115 e segs., 1º volume).

Em seu livro, Adalberto Ferreira observa que: a razão da decadência parece estar com Silvio Fróes de Abreu (Recursos Minerais do Brasil, pág. 78 e segs.) ao assinalar que:

“o grande desenvolvimento da mineração do fim do século XVII ao fim do século XVIII, foi devido ao estado em que se achava o ouro nas jazidas. Não havia necessidade de processos especiais para obtê-lo, era só apanhá-lo nos cascalhos das baixadas ou nas areias dos ribeirões. Havia ouro livre, em pó ou em pepitas, acumulado em grandes quantidades já criado pela natureza e separado da ganga. Com a mais simples aparelhagem fez-se a mineração naquele século. Era uma verdadeira catagem, que só necessitava o braço humano sem jeito especial ou inteligência amestrada. Esse acúmulo de metal, feito pelas condições naturais durante tempos incontáveis, esgotou-se em menos de dois séculos de exploração intensiva. Quando foi necessário construir

galerias, atacar a rocha matriz ou lavar terras de baixo teor, declinou logo após a mineração no Brasil”.

AS COMPANHIAS MINERADORAS

Pouco antes da Independência, em 1817, o Barão de Eschwege obteve licença e, em 1819, organizou uma pequena companhia, denominada Sociedade Mineralógica Mina da Passagem em Mariana. Montou um engenho de sete pilões e construiu lavadores e moinhos, trabalhando em filão de quartzo e piritas arseniacais.

No entanto, foi depois da Independência que se organizaram as companhias de mineração de ouro que trabalharam em nosso País, principalmente em Minas Gerais, durante o século XIX. A maioria era estrangeira preponderando as inglesas.

Por ordem cronológica, segundo Adalberto Ferreira, 1981, foram as seguintes as principais empresas constituídas no período do ciclo do ouro no Brasil:

Imperial Brazilian Mining Association – fundada em 1824, foi a primeira companhia estrangeira a explorar o ouro no Brasil, desde que a de Eschwege, então aqui radicado, não era propriamente uma companhia de capitais estrangeiros. A Imperial trabalhou as minas de Gongo-Socco, entre Caeté e Cocais, Cata Preta, perto de Inficionado, Antônio Pereira, perto de Ouro Preto e Socorro, perto de Gongo-Socco.

Gongo-Socco foi trabalhada de 1816 a 1856, produzindo 12.877 quilos de ouro, atingiu cento e vinte metros de profundidade. Cata Preta, com quartzo aurífero, produziu apenas 10.500 gramas de ouro, de 1844 a 1896.

St. John D’el Rey Mining Limited – foi fundada em 1830 e seu objetivo era explorar as minas ao norte de São João Del Rei. Em 1834, abandonou a região e transferiu-se para Morro Velho (hoje Nova Lima).

Além de Morro Velho, a Companhia explorou as minas de Gaia, Gabiroba e Cuiabá, esta última situada entre Sabará e Caeté, no atual distrito de Mestre Caetano.

Brazilian Company – foi organizada em 1832 com o objetivo de explorar a mina de Cata Branca, perto do Pico de Itabira do Campo, hoje Itabirito. Em 1844 desabou, com a morte de trinta mineiros. A mesma empresa tentou explorar jacutinga aurífera no Morro das Almas, perto de Água Quente, e outra na Serra do Caraça.

National Brazilian Mining Association – fundada em 1833, explorou as minas de Cocais. A mina chegou a ter noventa metros de profundidade.

Durante cerca de 25 anos não se formaram novas companhias estrangeiras para exploração do ouro, em parte devido às descobertas dos campos auríferos da Califórnia e da Austrália, em 1850.

A partir de 1861 começou uma nova fase, com a fundação de novos empreendimentos e, entre eles, os seguintes:

East Del Rey Mining Company Limited (1861) – criada com a finalidade de explorar jazidas auríferas do Capão e Papa-Farinha, perto de Cuiabá (Mestre Caetano).

Dom Pedro North Del Rey Gold Mining Company Limited (1862) – foi fundada para explorar a jazida de quartzo peritoso aurífero do Morro de Santa Ana, perto de Mariana.

Santa Bárbara Gold Mining Company Limited (1862) – foi constituída para explorar vezeiros de quartzo aurífero-piritoso no Pary, perto de São Francisco, 12 km a leste de Santa Bárbara.

Anglo Brazilian Gold Mining Company Limited (1863) – organizada para retomar a exploração da Mina da Passagem, perto de Ouro Preto.

Roça Grande Brazilian Gold Mining Company Limited (1864) – tinha por objetivo a exploração da jazida de quartzo aurífero de Roça Grande, perto de Caeté.

Brazilian Consols Gold Mining Company Limited (1873) – fundada para explorar a jazida de Taquara Queimada, entre Mariana e Antônio Pereira, no flanco da Serra de Ouro Preto.

Associação Gold Mining Company Limited (1876) – foi fundada para retomar a exploração da Mina do Pitangui.

Empresa de Mineração do Município de Tiradentes (1878) – foi fundada para explorar as jazidas de Lagoa Dourada e Prados.

Brazilian Gold Mines Limited (1880) – fundada para explorar a Mina do Descoberto, no pé da Serra da Piedade, município de Caeté.

Ouro Preto Gold Mining of Brazil Limited (1884) – foi organizada para retomar os trabalhos da Mina da Passagem, que havia sido comprada de Anglo Brazilian Gold Mining Company, liquidada em 1875.

Societé Des Mines D´or de Faria (1887) – fundada em Paris para explorar as Minas do Faria, situada a 4 km da estação de Honório Bicalho da Rede Ferroviária Federal.

A primeira mina subterrânea do Brasil, a Mina de Morro Velho, operada pela St John D´EL Rey Mining Co., produziu, desde o início de suas operações, em 1834, 470 toneladas de ouro, representando cerca de $\frac{1}{4}$ da produção brasileira acumulada no mesmo período (Vieira e Oliveira, 1988, Lobato et al., 2001)

Assim, através de empresas ou pelo garimpo foram substancialmente exploradas, em maior ou menor escala, todas as jazidas de ouro valiosas do território mineiro.

Observando-se a cronologia da produção aurífera brasileira, conclui-se que a auge se deu no período da construção do convento de Mafra e da reconstrução de Lisboa destruída pelo terremoto de 1755.

CONSTRUÇÃO DO CONVENTO DE MAFRA

O Rei Dom João V, apelidado de João Doido, para comemorar o nascimento de um filho, após três anos de casamento, resolveu construir o convento de Mafra, dos maiores e mais rico e elegantes palácios do mundo.

É um enorme palácio de grande e imponente fachada com mais de duzentos metros, destacando-se um conjunto de torres em forma de pirâmide, encimadas por grandes relógios. Mais de trezentos religiosos lá se alojavam dedicando-se a pesquisa e estudos nas mais mil e trezentas dependências, entre salas, quartos e clausuras.

Excetuando-se as pedras, todo o material que se usou na obra foi importado de países vizinhos, assim Portugal contraiu enorme dívida, para construir e equipar o convento com aquisições feitas em Londres, Veneza, Paris, Bruxelas e Amsterdam .

Conta-se que cerca de quarenta e cinco mil portugueses foram levados para Mafra para trabalhar como escravos na construção do palácio que em 1730 foi inaugurado tendo seus 1.200 sinos tocados pela primeira vez pelo Rei fidelíssimo (Amador, 2008).

A dívida contraída de cento e sessenta milhões de cruzados gastos no palácio, e mais de quatrocentos e cinquenta milhões pelo título de “Rei Fidelíssimo” tinham que ser pagos com o suor do povo brasileiro e português.

O Soberano, que se proclamava herdeiro de Deus na terra, e que dizia que todas as riquezas do subsolo tinham sido ali postas para maior glória de seu nome e desespero do povo, estabeleceu o monopólio real dos diamantes, cancelou todas as concessões que tinha feito até ali, impedindo que nosso povo garimpasse no que é seu, e criou o Distrito Diamantino, com sede no Tejuco.

Estabelece-se as fronteiras do distrito, e colocou em seus limites e homens armados impediam a circulação de pessoas e mercadorias. Fixou imposto para cada cabeça de escravo usado na mineração em 5\$000 réis, aumentados mais tarde para 25\$600 (Amador, 2008).

Os diamantes brotavam do chão como água, saíam às dezenas de milhares de quilates. O ouro saía às toneladas. Tudo recolhido aos cofres do Rei, e repassado por Portugal a seus credores, encabeçados pelos banqueiros ingleses, no pagamento da dívida contraída pelo excesso da piedade e fé religiosa.

Criou-se a Intendência do Distrito Diamantino, para administrar a justiça e as finanças da região, fiscalizar e arrecadar a produção destinada ao Rei.

Mais tarde introduziu-se o regime de contratação, onde Rei delegava a um Contratador, o trabalho nas lavras mediante imposto de 230\$000 por cada um dos seiscentos escravos que seriam utilizados na mineração. Daí surgiram vários contratadores que fizeram fama nas

Minas Gerais, entre eles o contratador João Fernandes de Oliveira que em companhia da também famosa Chica da Silva reinou por muito tempo em Diamantina (Amador, 2008).

O TERREMOTO EM LISBOA

O sismo aconteceu na manhã de 1º de novembro de 1755 às 21:45 h ou 9:40 da manhã, dia que coincide com o feriado do Dia de Todos os Santos.

Relatos da época afirmam que os abalos foram sentidos, consoante o local, durante entre seis minutos a duas horas e meia, causando fissuras enormes de que ainda hoje há vestígios em Lisboa.

Poucas dezenas de minutos depois, um tsunami, que atualmente se supõe ter atingido pelo menos seis metros de altura, havendo relatos de ondas com mais de metros, fez submergir o porto e o centro da cidade, tendo as águas penetrado até 250 metros. Nas áreas que não foram afetadas pelo tsunami, o fogo logo se alastrou, e os incêndios duraram pelo menos cinco dias. Todos tinham fugido e não havia quem o apagasse.

Lisboa não foi a única cidade portuguesa afetada pela catástrofe. Todo o sul de Portugal, sobretudo o Algarve, foi atingido e a destruição foi generalizada. Além da destruição causada pelo sismo, o tsunami que se seguiu destruiu no Algarve fortalezas costeiras e habitações, registrando-se ondas com até 30 metros de altura.

De uma população de 275 mil habitantes em Lisboa, crê-se que 90 mil morreram, 900 das quais vitimadas diretamente pelo tsunami. Cerca de 85% das construções de Lisboa foram destruídas, incluindo palácios famosos e bibliotecas, conventos e igrejas, hospitais e todas as estruturas.

A recém construída Casa da Ópera, aberta apenas seis meses antes, foi totalmente consumida pelo fogo. O Palácio Real, que se situava na margem do Tejo, onde hoje existe o Terreiro do Paço, foi destruído pelos abalos sísmicos e pelo tsunami. O terremoto destruiu ainda as maiores igrejas de Lisboa, especialmente a Catedral de Santa

Maria, e as Basílicas de São Paulo, Santa Catarina, São Vicente de Fora e da Misericórdia.

O ministro e o rei encomendaram aos arquitetos e engenheiros reais, e em menos de um ano depois do terremoto já não se encontravam em Lisboa ruínas e os trabalhos de reconstrução iam adiantados. O rei desejava uma cidade nova e ordenada e grandes praças e avenidas largas e retilíneas marcaram a planta da nova cidade.

BIBLIOGRAFIA

- AMADOR, P., *Rei Branco, Rainha Nerga*, Belo Horizonte. Editora Caê, 2008.
- CALAES, G. e FERREIRA, G. - *Estrada Real: Berço do Conhecimento Geocientífico, do Desenvolvimento Regional e do Geoturismo*. IN IV International Symposium ProGEO on the Conservation of the Geological Heritage, September, 2005, University of Minho, Braga, Portugal, 145 p.
- CALAES, G. - *Competitividade e Sustentabilidade na Indústria Mineral*. Palestra apresentada na VII Conferência Internacional sobre Tecnologias Limpas para a Indústria Mineral, Búzios, out/2006.
- CALAES, G. - *O Planejamento Estratégico do Desenvolvimento Mineral Sustentável e Competitivo – Dois Caso de Não Metálicos no Rio de Janeiro*. 298f. Tese de Doutorado. Departamento de Geologia do Instituto de Geociências da UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.
- CARNEIRO, D.D.S.A. – *Estrada Real: Caminhos do Espinhaço (Diário de uma Caminhante)* – Belo Horizonte: Gutenberg, 2005, 198 p.
- COSTA, A.G. (org.) – *Os Caminhos do Ouro e a Estrada Real*, Belo Horizonte: Editora UFMG, Lisboa: Kapa Editorial, 2005, 244 p., II.



Fonte: Ilustrações de Johann Moritz Rugendas

Rio Paraíba